

A PRÁTICA DE CIDADANIA COMUNICATIVA NA EXPERIÊNCIA DE RÁDIO COMUNITÁRIA¹

Cristóvão Domingos de Almeida²
Joel Felipe Guindani³
Valdir Jose Morigi⁴

***Resumo:** O artigo tem por objetivo compreender a prática de cidadania comunicativa a partir de uma experiência de rádio comunitária desenvolvida por agricultores Sem Terra. O conceito de cidadania comunicativa é percebido como estratégia de ação e de participação no espaço público. Articulando-a com a experiência observada da rádio comunitária Terra Livre FM no Assentamento 25 de Maio em Abelardo Luz (SC), ela é tecida por uma rede complexa de elementos que envolvem a participação, formas de sociabilidade e a livre manifestação dos pensamentos. Ações comunicativas que garantem a constituição de novos direitos no qual através da palavra própria realiza a mediação entre as práticas de cidadania e a autonomia dos sujeitos.*

***Palavras-chave:** Cidadania Comunicativa 1. Rádio Comunitária 2. Sociabilidade 3.*

1 INTRODUÇÃO

O artigo parte da noção hegemônica de cidadania, trazendo reflexões que nos auxiliam na formulação do conceito de cidadania comunicativa. A radiodifusão comunitária, mais especificamente a rádio Terra Livre FM desenvolvida pelos agricultores Sem Terra do oeste catarinense, é um dos lugares privilegiados de acompanhar as ações que emergem neste tempo de reformas estruturais e de revisões conceituais.

Abordaremos brevemente a concepção hegemônica da cidadania liberal, contrapondo-a com a noção de democracia social e esfera pública habermasiana para estabelecer relações com a cidadania comunicativa, verificando como a prática desta possibilita reconfigurar a ação dos sujeitos no espaço público. Aprofundamos a discussão a partir do conceito de Mata (2006) sobre cidadania comunicativa, procurando mostrar como ela pode se constituir em uma prática a partir de uma experiência de rádio comunitária. Assim, levantamos os seguintes

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Sociabilidade”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² Doutorando em comunicação e informação na UFRGS e bolsista Capes. cristovaoalmeida@gmail.com.

³ Doutorando em comunicação e informação na UFRGS. j.educom@gmail.com.

⁴ Doutor em Sociologia e professor Associado do DCI/FABICO e do PPGCOM/UFRGS. valdir.morigi@ufrgs.br.

questionamentos: Como se expressa no universo empírico a prática da cidadania comunicativa? Como o espaço radiofônico realiza a mediação e se constitui uma estratégia política para a construção da cidadania comunicativa?

Através da dinâmica metodológica da pesquisa participante iniciada no segundo semestre de 2009, adentramos no Assentamento 25 de Maio localizado no município de Abelardo Luz (SC), entrevistamos ouvintes, locutores e lideranças do Movimento, registramos a constituição histórica da rádio Terra Livre FM; desde o processo de sua fundação em 1996, como os períodos de interrupção na sua programação e ações de resistência dos comunicadores mediante ameaças criminais e perseguições políticas.

Por fim, analisaremos alguns depoimentos sobre a inserção dos agricultores na emissora, bem como as razões apontadas para o engajamento, lutas e resistências. Desta discussão, apontamos alguns elementos que podem ajudar na reflexão e prática da cidadania comunicativa através da rádio comunitária: conquista e a necessidade do acesso aos meios de comunicação e o direito à informação pelos cidadãos, manifestação da palavra própria como expressão da participação através das ações cotidianas locais e das formas de sociabilidade e do reconhecimento do Outro.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VISÕES DE CIDADANIA

A reflexão de Marshall (1967) é um dos fundamentos teóricos que continua sendo utilizado nos estudos sobre cidadania na contemporaneidade. O autor analisa o caso inglês a partir do qual desenvolveu o conceito de cidadania, criando uma tipologia baseada nos direitos civis, políticos e sociais os quais são associados a uma seqüência histórica evolutiva, cuja ênfase está no indivíduo como titular dos direitos, e também no forte apelo ao pertencimento deste a uma comunidade cívica, no caso o Estado-nação. Para o autor esta concepção representou o surgimento e a elevação do indivíduo enquanto um ser político desvinculado das instituições associativas ou comunitárias, pois o Estado com o seu aparato legal age como promotor dos direitos e protetor do cidadão. A cidadania se insere na esfera da aquisição formal de direitos e obrigações: a visão legalista de cidadania se justifica com a ação protecionista do Estado-nação. Identifica-se, nesse período, certo autoritarismo social por parte do Estado, de abdicação do espaço público para a prática do debate e manifestação livre dos cidadãos.

Na concepção de cidadania liberal, os princípios que asseguram a construção da cidadania passam a ser fundamentados na liberdade, na tolerância para o progresso, na defesa da propriedade privada, na limitação do poder e no individualismo. A cidadania se limita a incorporar os sujeitos a um sistema de aquisição formal e legal de direitos previamente reconhecidos:

O modelo liberal de sociedade é caracterizada pela individualização da cidadania, a privatização da vida social e uma separação clara entre esferas pública e privada (...); [o modelo liberal] desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica, privada pode conduzir ao bem estar coletivo (ABRANCHES, 1985, p.5).

No entanto, a formalização de direitos não garante a existência de um espaço público e da sociabilidade política que a prática regida pela noção de direitos é capaz de criar. Esse espaço público desmoronaria, se a posição cada vez mais forte do Estado enquanto garantidor de direitos econômicos, sociais e culturais fizesse reduzir a legitimidade de novos direitos à sanção do Estado.

Como descrevemos, na visão liberal de cidadania o foco é o indivíduo, no entanto, para a concepção da democracia social ou expansiva (VIEIRA, 2001), a ênfase recai sobre a ideia de processo. É no processo, na relação com o outro, nas interações comunicativas, nas formas de sociabilidade, nas experiências concretas que o indivíduo se constitui cidadão. O principal objetivo da concepção social-democrata de cidadania, como esclarece Vieira (2001, p. 39) “é constituir cidadãos baseados em valores centrais, como identidade comum, solidariedade, participação e interação”.

Acenando nessa direção, Habermas confere centralidade à ação comunicativa para a construção e prática da cidadania. Para isso, ele caracteriza o conceito de esfera pública, identificando-o como arena de formação da vontade coletiva e de participação política e cidadã, onde

[...] todos os participantes tem chances iguais de iniciar e continuar a comunicação, de fazer comentários, recomendações e explanações e de expressar desejos e sentimentos; devem ser livres para tematizar as relações de poder que, em contextos ordinários normais, constrangeria a livre articulação de opiniões e posições (VIEIRA, 2001, p. 60).

A esfera pública habermasiana também se apresenta como local onde os movimentos sociais “[...] constituem os atores que reagem à reificação e burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica” (VIEIRA,

2001, p.63). Na esfera pública, o agir comunicativo é fundamental, pois as ações dos sujeitos envolvidos “são coordenadas não por meio de cálculos egocêntricos de sucesso, mas por meio de atos para se alcançar entendimento” (Habermas, 1984, p. 86).

Nesta perspectiva, a noção de cidadania transcende a relação entre “Estado-indivíduo” e inclui a relação com a esfera pública, sendo, inicialmente, uma proposta política capaz de modificar as formas de sociabilidade e gerar uma cultura mais democrática. Cidadania que, através da ação comunicativa, qualifica a participação e o seu exercício na construção de uma sociedade democrática. Por isso, é preciso entendê-la também sob o prisma da comunicação.

2.1 CIDADANIA COMUNICATIVA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para além dessa dimensão dos direitos previamente reconhecidos com as conquistas legais, a cidadania também diz respeito ao processo de lutas específicas e de práticas concretas que possibilitam o sujeito a se tornar um cidadão. Cidadão que tenha a oportunidade de discutir e questionar as formas de ordenamento da sociedade, articular demandas por direitos, as formas de sociabilidade e participar efetivamente das dimensões simbólicas e culturais que permeiam sua existência. Ela se torna imprescindível para coletivizar as demandas, as decisões e necessária para se fazer presente as ações dos sujeitos na configuração do espaço público.

Com referencia as reflexões que fundamentaram a cidadania enquanto estratégia política (DAGNINO, 1994) de participação popular dos sujeitos sociais no espaço público, apresentamos o conceito de cidadania comunicativa, elaborado por Mata (2006). A cidadania comunicativa deve ser compreendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões no terreno da comunicação, bem como a prática desses direitos. Este conceito é resultado da reflexão entre comunicação dos silenciados, dos sem voz, que teve início na década de 1960⁵ e a democracia social.

A cidadania comunicativa não rompe com a constituição dos direitos civis, como a liberdade de expressão, direitos políticos, como as formas de participação dos cidadãos e direitos sociais, como direito à informação, educação, ao acesso ao conhecimento. No

⁵ O Concílio de Medellín ocorrido na Colômbia foi o início da difusão da ideia de que os sem voz precisava recupera a palavra. Outras fontes de propagação desse conceito foram: os pensadores da esquerda política da América Latina, a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e a pedagogia freireana.

entanto, reflete sobre a capacidade desses direitos, já conquistados, serem ampliados com a adesão de novas vozes cidadãs. Isso requer qualificação nos debates e reorganização das próprias agendas públicas. Ou seja, implica no desenvolvimento de práticas tendentes a garantir os direitos no espaço específico da comunicação (MATA, 2006). De acordo com Mata (2006, p. 13), a noção de cidadania comunicativa “ultrapassa a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação”.

Nessa perspectiva, avançamos na discussão elaborada por Mata (2006), identificando a ação comunicativa como uma habilidade e uma competência⁶ na configuração da prática da cidadania comunicativa. Isso ocorre porque quando o sujeito atua nos meios de comunicação, produz e se apropria das técnicas e dos conteúdos. Tais apropriações tornam-se fundamentais para garantir a socialização da sua palavra no contexto da opinião pública. Pois, a palavra manifestada numa rádio comunitária, por exemplo, é palavra pública e abrangente. Daí a importância da comunicação alternativa não como mera experiência individual ou tecnológica, mas como projeto e prática política. Assim, a cidadania comunicativa adquire um sentido político, de estratégia e de ação política.

A prática da cidadania comunicativa contempla a natureza da ação, que é a participação nas ações na vida individual e coletiva, associada à ideia de negociar e interagir nas tomadas de decisões. Quer dizer, a condição da participação nos processos comunicacionais é o ponto de partida para a reflexão e o entendimento da prática da cidadania comunicativa.

Importante evidenciar que a participação “[...] não é dada, é criada [...]. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada” (DEMO, 1988, p.82). Peruzzo (1998) elenca as formas de participação em três modalidades: participação passiva, participação controlada e participação poder. A autora destaca que a “participação poder” representa a partilha do poder, através de espaços mais abertos e democráticos: “[...] são expressões do poder participação a co-gestão e a auto-gestão” (p. 81).

Concebemos ainda a noção de cidadania comunicativa como aquela ligada à experiência concreta dos movimentos sociais; que organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social, não estando assim, vinculada a uma estratégia de

⁶ Estamos compreendendo as competências no sentido expresso por Brandão (1999). Ele fala das competências individuais não no sentido de competir, mas na capacidade de empreender esforços em qualquer atividade humana. Sendo que as competências e as habilidades de cada um também são construídas ao longo da vida.

integração social por parte do Estado ou das classes dominantes: “ela é uma estratégia para os “não-cidadãos” (DAGNINO, 1994, p. 107) e, acrescenta Mata (2006), dos silenciados do processo comunicativo.

Interessa-nos, particularmente, a reflexão acerca da noção de cidadania enquanto “estratégia política” (DAGNINO, 1994), calcada em princípios básicos como “participação, autonomia e crítica/criação” (VARELA, 2007. p. 66). A cidadania como estratégia política implica nos processos de definição da luta política, na busca pela igualdade e na capacidade de construir sujeitos de demanda e de decisões através da livre expressão. Tais demandas e decisões não dizem respeito a interesses de um Estado ou a demandas individuais, mas faz referência, antes de tudo, a uma forma de sociabilidade política para a elaboração de direitos (TELLES, 2006). Nesta perspectiva, reconhece-se que, através da argumentação e do diálogo, elementos comunicativos, geradores de uma sociabilidade capaz de produzir um espaço público interativo e democrático entre os sujeitos de demandas e de decisões.

O conceito de cidadania comunicativa deve ser compreendido a partir desses elementos e a complexidade que envolve à sua relação da ação comunicativa com o conceito de participação. Ou seja, o conceito de participação abrange uma gama diversa de processos que se refletem nas formas de sociabilidade. As formas e os níveis de participação vão desde a comunicação dos silenciados até os processos mais orgânicos e ampliados de participação como o de atuação na gestão de uma emissora radiofônica ou nas práticas comunicacionais desenvolvidas pelos agentes dos movimentos sociais.

2.2 A RÁDIO COMUNITÁRIA COMO UMA PRÁTICA DA CIDADANIA COMUNICATIVA

O meio radiofônico, como um espaço discursivo e produtor de sentidos, é concebido como facilitador para a constituição dos processos de construção e práticas da cidadania comunicativa. Por isso, o meio radiofônico deve ser entendido como um agente que apresenta certas condições aos atores sociais que dele se apropriam e não apenas como um instrumento ou aparelho transmissor. Toda tecnologia confere aos sujeitos a necessidade da aprendizagem, primeiramente para sua apropriação e, posteriormente, para o próprio processo de produção e funcionamento. Percebemos o rádio como uma estrutura/espaço de produção simbólica e tem um extraordinário poder de tornar acessível à informação, contrariando os

que subestimam esse veículo como um mero instrumento técnico, delegando-lhe uma posição secundária diante dos processos comunicacionais.

Conforme Ferrareto (2001), o rádio como um gênero de comunicação possui linguagens e formatos que orientam suas rotinas produtivas. Para o autor, a emissão da mensagem radiofônica também coloca alguns condicionantes como: “[...] a capacidade auditiva do receptor, a linguagem radiofônica, a tecnologia de transmissão e recepção empregada, a fugacidade, os tipos de público e as formas de recepção” (FERRARETO, 2001, p. 25). Na contemporaneidade, o espaço radiofônico é o da interatividade e da ação participativa na programação (BARBEIRO, 2004). Além de sua praticidade tecnológica, o rádio continua

[...] modernizado, refeito, revigorado. Ele já não é aquele de Getúlio Vargas nem é o palanque sonoro da identidade nacional; é mais variável, diverso, multifacetado, fragmentado e imprescindível. Um pouco distante de ser um congregador nacional, assume com força e propriedade o de agregador local, um porta-voz da cidade, um agente comunitário (BUCCI, 2004, p. 8).

O espaço radiofônico surge, trazendo em si promessas, discursos, instituindo ou reforçando formas de sociabilidades, projetos comunitários, competências individuais, representações sociais, enfim, um potencializador de habilidades para os processos de constituição das práticas da cidadania comunicativa.

Como lembra Cogo (2004), a radiofonia possui suas lógicas, “[...] ao mesmo tempo em que também esses atores e movimentos se apropriam e reelaboram tais lógicas, transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações” (COGO, 2004, p. 43). Dessas inter-relações entre o meio radiofônico e os sujeitos que dele se apropriam, emergem novas competências, habilidades e fazeres entre ambos, especialmente quando focamos nossa observação na dimensão da prática da cidadania comunicativa.

Direcionando nosso olhar reflexivo especificamente para a rádio comunitária, iremos descobrir outras dimensões que realçam ainda mais as especificidades desse meio de comunicação. Assim, quando refletimos sobre rádio comunitário devemos considerar que

[...] a característica principal do veículo continua sendo a da proximidade com a comunidade local. Se a televisão aberta tomou para si o papel que a Rádio Nacional desempenhava, se a globalização e a tecnologia trazem cada vez mais as

informações mundiais, cabe justamente ao rádio, devido às suas características inerentes, promover as informações locais (HAUSSEN, 2004, p. 61).

Para Haussen (2004), uma emissora comunitária estrutura-se a partir de demandas locais, especialmente aquelas que dizem respeito às necessidades básicas como o acesso à informação, divulgação de assuntos que interessam à comunidade; à luta dos sujeitos engajados no debate por melhorias políticas, sociais e culturais. Nessa direção, identificamos que a rádio comunitária torna-se também um espaço para que o cidadão participe das decisões sobre as políticas locais ou, até mesmo, sobre a necessidade de um tipo de comunicação plural e mais democrática.

Peruzzo (2007) enfatiza que uma rádio comunitária deve ser reconhecida pelo trabalho que desenvolve; ela transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. Ainda destaca que uma emissora comunitária possibilita a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade, bem como de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão. Essas ações – pontua a autora – balizam-se por princípios de comunicação libertadora, os quais têm como norte a ampliação das práticas de cidadania.

A experiência de rádio comunitária, na grande maioria, reflete a conquista do acesso aos meios de comunicação por parte de sujeitos organizados em movimentos populares ou em grupos comunitários. Peruzzo (1998b) caracteriza o acesso às tecnologias pelos movimentos populares como um forte indicador do direito à comunicação e dos processos de democratização social, especialmente porque a rádio comunitária amplia possibilidades de ação local transformadora.

Assim, a prática da cidadania comunicativa se realiza através da ação comunicativa, que, apoiando-se nas formas e nos níveis diferenciados de participação e sociabilidade, impulsiona novas esferas de ação política. Elas abrangem desde a comunicação dos silenciados até os processos mais orgânicos e ampliados de participação como o de atuação na gestão de uma emissora radiofônica ou nas práticas comunicacionais desenvolvidas pelos agentes dos movimentos sociais. Refletiremos sobre esse ponto a partir da experiência que segue.

3 A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO TERRA LIVRE FM COMO PRÁTICA DA CIDADANIA COMUNICATIVA

A rádio Terra Livre FM surgiu no início de 1996, na cidade de Abelardo Luz⁷, região Oeste de Santa Catarina: era o dia primeiro de maio, dia do trabalhador. Um dos fundadores comenta que a rádio Terra Livre FM de Abelardo Luz foi a primeira experiência de rádio do MST no Sul do Brasil.

No Brasil, a primeira experiência de rádio do MST foi no Ceará. Eles até foram premiados no ano de 1998. Depois houve em São Paulo outra experiência. Eu coordenava o setor de comunicação aqui em Santa Catarina e a Terra Livre foi a primeira experiência de rádio do Sul do Brasil. Logo mais, outros companheiros do Paraná e na cidade de Ulha Negra, no Rio Grande do Sul, abriram outras rádios com o mesmo nome de Terra Livre⁸.

Rádio Terra Livre FM foi o nome escolhido por seus fundadores. Sempre houve consenso, afirmam, justamente por simbolizar ou fazer “[...] referência à luta do Movimento contra o latifúndio e a favor da libertação da terra para o povo sofrido”.⁹ Outra fundadora e locutora da emissora, comenta que “[...] dar voz e vez ao povo sofrido foi a motivação mais presente no momento da fundação da nossa rádio”.¹⁰

Nesta perspectiva, a experiência na estruturação histórica da rádio Terra Livre FM apresenta-se como fundamento sólido e central como exemplo de prática da cidadania comunicativa: “[...] quando olhamos para o início, percebemos que a questão da cidadania foi a coisa mais importante para motivar o povo na hora de fazer essa rádio funcionar”¹¹.

A necessidade de se montar uma rádio sempre esteve presente nas discussões entre os primeiros assentados: “[...] são mais de mil e duzentas famílias reunidas por aqui e sem uma rádio a convivência do povo e a própria organização do movimento ficavam prejudicadas¹². Da mesma forma, enfatiza o integrante do Setor Nacional de Comunicação, a motivação inicial em se montar a rádio Terra Livre no município de Abelardo Luz também se deu a partir do Movimento Sem Terra: “a coordenação do movimento percebeu a necessidade de

⁷ O município de Abelardo Luz está localizado no oeste catarinense, a 574 km de Florianópolis. A história do município se confunde com os conflitos e discussões originados pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguazu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Nessa época, a área era habitada por índios Guaranis e Caingangues que, aos poucos, foram expulsos de suas terras por colonizadores gaúchos.

⁸ P é integrante do Setor Nacional de Comunicação do MST. Para manter a privacidade dos informantes, daqui em diante, todos os entrevistados serão identificados apenas pela primeira letra do sobrenome e, se as letras se repetirem serão acrescentados números.

⁹R é locutor da rádio Terra Livre FM.

¹⁰ A. é assentada e uma das fundadoras da rádio Terra Livre FM.

¹¹ A1 é locutor e integrante da coordenação da rádio Terra Livre FM.

¹² S é assentado e ouvinte da rádio Terra Livre FM.

uma rádio nessa região assentada, principalmente para darmos voz às lideranças e para elevar o nível cultural dos assentados”. (P, 2010)

Com a aquisição de equipamentos, a Terra Livre FM iniciou a transmissão de conteúdos para as mais de mil e duzentas famílias assentadas da região. No início, de maneira experimental, com alcance limitado a alguns metros de suas instalações e com uma programação somente musical, devido à inexperiência dos locutores, bem como às ameaças de apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal. Como lembra um dos fundadores,

[...] no começo, a gente tinha muito medo. Para você ter uma ideia, qualquer coisinha a gente estava tirando a rádio do ar. Acho que desde noventa e seis até noventa e nove, nós fechamos umas cinco vezes a rádio. Sempre nessa resistência.¹³

Após três anos, entre funcionamento e não funcionamento, os fundadores resolveram encerrar definitivamente as atividades, repassando a emissora para outro grupo:

[...] entre 1998 e 1999 a polícia bateu, mas só avisou a gente. A gente deu um tempo, repensamos, pois já não tinha muita gente disposta a assumir. E a rádio não tinha outorga, mas depois de uns meses, outro grupo reassumiu. Esse novo grupo até fez uma rifa com a comunidade para pagar as contas atrasadas e também para iniciarem a construção, onde está até hoje a rádio. (P, 2010)

Com o novo grupo na coordenação, a rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 25 de maio de 1999. Nesse mesmo dia, comemorava-se, como se comemora ainda hoje, a data de ocupação das terras pelo Movimento:

[...] no dia 25 de maio a rádio foi posta no ar; na semana de comemoração deste assentamento. Na época foi uma novidade que até muitos fizeram fila para falar de volta no rádio. Isso mexeu na autoestima da comunidade. Foi até um monte de gente comprar radinho novo na cidade. (P, 2010)

Referente a essas formas de resistência para o funcionamento da rádio Terra Livre, a cidadania comunicativa é construída através da participação coletiva. As formas democráticas de participação também podem ser reconhecidas nas motivações iniciais que os fizeram criar a emissora:

[...] pra gente divulgar qualquer coisa aqui do assentamento era, naquele tempo, cinco reais por anúncio, isso era uma afronta para nós. Principalmente porque o dono da rádio da cidade sabia que éramos assentados. Isso foi revoltando a gente a ponto de criarmos essa rádio [...]. Para anunciar um falecimento de algum assentado sem condições de pagar eles não anunciavam. Sem contar que eles falavam o que bem entendiam. Cada problema que tinha aqui no assentamento o prefeito ia na rádio da cidade e acabava com a gente. Então a rádio se levantou aqui como uma coisa pra saciar essa necessidade que se tinha. [...] Depois de funcionando, muitas coisas nós conseguimos através da rádio. (A1, 2010)

¹³ A2 é locutor da rádio Terra Livre FM.

O Estado através de órgãos fiscalizadores tenta, a todo instante, controlar o funcionamento desta emissora. Na mesma proporção, as instituições políticas locais desqualificam, através dos veículos oficiais, as ações do Movimento e a própria organização dos agricultores desta região.

O prefeito e outros políticos daquele tempo mataram a cooperativa da gente [...]. Eles também mataram a rádio junto na época. Tivemos vários problemas com a rádio por causa dessa política. Mas como a gente queria ter nossos direitos, inclusive o de poder se expressar, continuamos firmes, resistindo a cada dia essas humilhações. (A1, 2010)

Mesmo neste ambiente tenso, mas de resistência por parte dos agricultores, no mês de janeiro de 1999, a rádio Terra Livre saiu do ar novamente. Sob forte perseguição política, as despesas com energia e manutenção dos equipamentos também foram aos poucos comprometendo o andamento da emissora:

É triste dizer isso, mas chegou um tempo que a gente não podia nem pagar o talão da luz da rádio. Nós agüentamos seis meses dividindo o talão da luz com alguns assentados, mas a situação estava ruim para todos aqui. Tivemos que fechar a rádio. Não tínhamos mais estruturas. Nesta época, não havia condições. (A1, 2010)

Para outro ouvinte, o fechamento da rádio Terra Livre significou grandes perdas para a comunidade, principalmente os serviços de utilidade pública “[...] quando a rádio ficou fora do ar, aí que muita coisa foi pro ar mesmo. Porque a gente não tinha mais como se comunicar com o povo; para os recados de reunião, avisos da cooperativa, das festas da comunidade”¹⁴. Identificamos que o fechamento da emissora também causou forte interferência nos processos de participação cidadã, especialmente na esfera da produção cultural:

Se formos analisar, o maior prejuízo quando a rádio fechou foi para a juventude envolvida com as atividades do setor de cultura. A participação era total da juventude [...]; desde a organização das atividades com a comunidade, da programação da rádio. Alguns deles foram trabalhar na rádio das cidades, mas sempre falavam que o negócio era bem diferente, pois não participavam em nada, só ficavam mandando música o dia inteiro [...]. Aqui, eles faziam a rádio funcionar.¹⁵

Após seis anos de interrupção, outro grupo de jovens resolveu retomar as atividades. A intenção era não apenas reativar a Terra Livre FM, mas também criar a Associação Cultural 25 de Maio. Associação, composta por lideranças do MST e pelos moradores de

¹⁴ A3 é assentado e ouvinte da rádio Terra Livre FM.

¹⁵ P1 é locutor e integrante da coordenação da rádio Terra Livre FM.

vários assentamentos da região, tornou-se um espaço para a realização de outras atividades. A criação do Centro Cultural

[...] mexeu com a juventude, principalmente a rádio e a internet. Muitos só ouviam ou sabiam o que era isso pela televisão ou nas vitrines das lojas. Sem falarmos da rádio, que era a coisa mais esperada pelo povo aqui. Montamos uns equipamentos bons, até eu fiquei muito mais animado para continuar a luta por aqui. (R, 2010)

No Centro Cultural 25 de Maio, iniciaram-se as jornadas culturais, reuniões do movimento e encontros de formação. Também, de acordo com um dos idealizadores do projeto foi possível “[...] conseguir um cinema itinerante, com equipamentos para rodar filmes nos assentamentos” (R, 2010). Essa experiência de mídia continua se desenvolvendo semanalmente nos assentamentos da região. Como relata a locutora:

[...] o cinema itinerante foi uma coisa que até nós ficamos surpreendidos. Na maioria dos assentamentos nós montávamos o cinema dentro da igreja ou do clube. Achávamos que viriam poucas pessoas, mas sempre lotou. Nem em dia de missa ou de festa na comunidade o salão fica tão cheio. Depois do filme a gente faz um debate com eles [...] Nós passamos os filmes do Movimento e outros sobre a nossa luta. A grande maioria se emociona, não tem como, pois isso mexe com a gente¹⁶.

Através dos espaços comunicacionais, os sujeitos buscam incorporar novos canais de expressão, práticas e conteúdos de cidadania. Também podemos identificar nesta ação de comunicação alternativa um fator ativo e que possibilita novas formas de sociabilidade e de práticas entre os sujeitos envolvidos com a comunidade. Nessas ações são reveladas ainda as competências e as habilidades individuais como condição para o sujeito se tornar autônomo em suas decisões e ao mesmo tempo ser produtor de informação e conhecimento sobre a realidade.

[. . .] Existem pessoas aqui no assentamento que são muito competentes para a coisa mais técnica [...]. Têm pessoas que nos ajudam como podem. Tem um senhor que nunca disse um ‘oi’ no microfone, mas está direto aqui dentro da rádio com a gente; nos informando sobre as coisas que acontecem nos assentamentos. (A, 2010)

O espaço da emissora é democrático, onde todos têm a oportunidade de participar crítica e criativamente. Em, 2007, por exemplo, quando a rádio Terra Livre FM ainda estava fora do ar, os próprios assentados e algumas lideranças do Movimento Sem Terra se mobilizaram, através de amplo debate, teceram críticas sobre o não funcionamento e repensaram alternativas para a reabertura da emissora:

[...] na verdade o que apressou a gente a colocar a rádio no ar foi às reclamações da comunidade e das lideranças. Começaram as cobranças e aí tivemos que repensar as

¹⁶S1 é locutora da rádio Terra Livre FM.

coisas. Muitos artistas dos assentamentos cobravam agente na rua. Foi ai que descobrimos a importância dessa rádio para o povo daqui. (R, 2010)

A rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 17 de fevereiro de 2008:

[...] nesse dia, a gente podia ver na cara das pessoas a felicidade, principalmente aqueles que vinham aqui fazer o programa, cantar uma música, mandar um abraço para a família [...]. Eu sempre digo para o povo aqui que a rádio tem o poder de dar vida para muitas pessoas. (P1, 2010)

Ideia compartilhada pela jovem locutora: “[...] com a rádio funcionando a vida aqui nos assentamentos se torna diferente. Isso não apenas para nós locutores, mas também para o povo que luta pela justiça e que está com a gente nessa luta”. (R1, 2010)

O coletivo de locutores e algumas lideranças locais construíram a grade de programação baseada numa pesquisa junto às famílias assentadas: “[...] a nossa grande preocupação era a de não fazer uma rádio só para nós. Então fizemos uma pesquisa antes de colocarmos a rádio no ar” (P1, 2010). Da mesma forma, outro locutor comenta, “[...] queríamos com essa pesquisa saber o que a comunidade esperava da rádio [...] Buscamos perceber qual o horário mais ouvido, que tipo de música eles mais gostavam” (R, 2010).

Neste aspecto, a prática da cidadania comunicativa até certo momento foi manifestada, nesta emissora, através de uma programação voltada para os gostos populares, as sensibilidades do mundo da vida (Habermas, 1984). No entanto, a preocupação central foi ampliar a veiculação de conteúdos formativos e noticiosos, que propiciassem uma crítica política, especialmente por meio do programa “Jornal Terra Livre”.

[...] está certo que era o início, mas a rádio estava sendo oitenta por cento só música. Começamos a investir mais pesado em jornalismo. Foi difícil, pois a moçada não tem muito jeito pra isso, principalmente para achar notícias aqui nos assentamentos. (P1, 2010)

As formas de participação, que efetivam a prática da cidadania comunicativa através da rádio Terra Livre FM, proporcionam caminhos alternativos para o debate no espaço público. Como enfatiza outro locutor, os canais institucionalizados são limitados e até mesmo ineficientes para a participação popular:

[...] se não fosse a rádio, muitos assentados não teriam outra forma de falar sobre os problemas da nossa comunidade. O que se fala na rádio com certeza vale mais do que muitas reuniões que os vereadores fazem por ai; que muitos nem ficam sabendo de nada; isso quando acontecem. (A2, 2010)

Neste sentido, o meio radiofônico, como espaço público discursivo, facilita a participação cidadã, pela qual os sujeitos manifestam inquietações, reivindicações que de outra forma se tornam inviáveis.

A ação comunicativa na emissora é possibilitada através das discussões abertas e não hierárquicas dos assuntos, no diálogo entre locutores, ouvintes e comunidade, facilitando assim, tomadas de decisões para a construção da opinião pública “[...] aqui na rádio a gente pode expressar nossas opiniões tanto sobre os problemas dos assentamentos, como as questões das lutas do Movimento” (R1, 2010). A participação popular também é parte fundamental do funcionamento da Terra Livre FM. Mesmo não se caracterizando de maneira uniforme (PERUZZO, 1998), as formas de acesso e participação facilitam o empoderamento¹⁷ a partir da realidade dos sujeitos que se comunicam:

[...] se fosse na rádio da cidade, eu duvido que eles deixariam a gente falar as verdades sobre os problemas do nosso assentamento [...]. Na verdade, a participação para os ‘sem terra’ sempre foi negada ou na base do dinheiro. Por aí você já pode ter uma noção de como a nossa rádio é boa para a nossa luta. (P1, 2010)

Nesse sentido, a rádio Terra Livre FM não se caracteriza apenas como um instrumento tecnológico, mas como um espaço público discursivo que, através dos conteúdos informativos produzidos e disseminados, realizam a mediação para a construção da cidadania comunicativa. A prática da cidadania comunicativa possibilita o fortalecimento dos laços de pertencimento com a comunidade e de reconhecimento do Outro. Observamos que a presença da rádio comunitária institui novas formas de participação dos sujeitos na vida comunitária do assentamento; ela altera as formas de sociabilidade entre os envolvidos e, na mesma medida, possibilita ações políticas estratégicas para o enfrentamento do Movimento com outros setores da sociedade, entre eles o Estado.

Com o passar do tempo, a nossa rádio se tornou um lugar de discussão sobre os rumos do movimento nos assentamentos. Principalmente o Jornal Terra Livre tem contribuído com a necessidade de um debate mais político aqui nos assentamentos. (P, 2010)

Em alguns relatos, percebemos que a rádio comunitária possui potencial para o “reencantamento” da participação política e cultural dos ouvintes e locutores:

¹⁷ Compreendemos o empoderamento a partir da visão habermasiana. Este autor (1984) considera o empoderamento como a capacidade do sujeito de entender as discussões como requisito fundamental à sua manifestação pública.

[...] só morando aqui para saber o que tem mudado na nossa vida por causa da rádio. Sem dúvida, politicamente nós ficamos mais respeitados, sem contar na questão das festas e eventos que a rádio esteve presente, inclusive na cidade [...]; no desfile de sete de setembro nós puxamos a fila; na festa junina das escolas do município lá estava os assentados com a Terra Livre. (P1, 2010)

A rádio comunitária remete a novas formas de sociabilidade, de percepção, do reconhecimento do Outro, do conhecimento sobre a realidade e de competências até então desconhecidas, ou pouco identificadas pelos locutores, como também pelos próprios ouvintes.

4 CONCLUSÃO

A rádio Terra Livre FM não é apenas um dispositivo tecnológico ou gênero comunicativo, mas um espaço discursivo gerador e disseminador de conteúdos informacionais de interesse da comunidade local, capaz de reconstruir simbolicamente o mundo da vida dos sujeitos sociais. Como canal de comunicação, a emissora possibilita a criação de novas formas de sociabilidade e produção cultural. Através da ação comunicativa, os grupos sociais organizados, ou mesmo sujeitos, nas ações individuais ou coletivas, podem estimular a ampliação da construção de percepções, de sensibilidades criativas, de competências e prática cidadãs em suas comunidades. Práticas que possibilitam fortalecer e reconstruir laços identitários do grupo social que se concretizam a partir do agir comunicativo.

A prática da rádio comunitária, para exercer efetivamente o seu papel na construção da cidadania comunicativa, precisa se apropriar de elementos que fazem parte da história e da identidade cultural tanto dos assentados quanto do Movimento. É com base no compartilhamento destes valores e crenças que se possibilitam ações e estratégias políticas comprometidas e que renovam alternativas de mobilização. Entretanto, este mundo comum para ser sustentado e fortalecido não pode se apoiar apenas na visão racional das coisas, do agir comunicativo, tal como se expressam os padrões que fundamentam o jornalismo na construção da notícia e da informação. Os elementos de ordem emocional e afetiva precisam ser incorporados e considerados, pois integram a construção da subjetividade dos sujeitos e também regem os comportamentos e a vida social.

Enfim, neste contexto, a prática da cidadania comunicativa é identificada: na história fundacional, especialmente nos momentos de articulação popular de resistência mediante as formas de censura por parte dos órgãos a serviço do Estado e que dão sustentação a forma de sociabilidade tradicional e de se fazer política; através da inserção democrática dos sujeitos na produção e veiculação de conteúdos; nas novas formas de sociabilidade e de reconhecimento do Outro na esfera discursiva e, como uma prática de rádio comunitária que se constitui como estratégia política para a construção da cidadania comunicativa.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio H. Nem cidadãos nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal democrática. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, IUPERS, nº 28, 1985, p.5-25.
- BARBEIRO, Heródoto. Radiojornalismo cidadão. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BUCCI, Eugênio. Os sentidos do Rádio. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- COGO, Denise Maria. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cecília Kroling M. (org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência e uma nova noção de cidadania. In.: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1988.
- FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo. BENETON Rosana (orgs.). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos. São Leopoldo, RS, VIII (1), janeiro/abril, 2006, p.5-15.

PERUZZO, Maria Cicilia K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 1998.

_____. Participación em las rádios comunitarias em Brasil. In. **Comunicación y Sociedad. Dep. de Estudios de la comunicación Social**, Universidad de Guadalajara, n. 32, enero/abril, 1998. Guadalajara, Jasisco, México, 1998b.

_____. Rádio comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. 5. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.